

XV LEGISLATURA

SEPARATA — N.º 1 (2022.04.20)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª (GOV):

Aprova o Orçamento do Estado para 2022.

SEPARATA — N.º 2 (2022.04.27)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 1 a 3/XV/1.ª):

N.º 1/XV/1.ª (PCP) — *Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos.*

N.º 2/XV/1.ª (PCP) — *Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e décima primeira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).*

N.º 3/XV/1.ª (PCP) — *Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (décima nona alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).*

SEPARATA — N.º 3 (2022.04.28)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 34, 35 e 37/XV/1.ª):

N.º 34/XV/1.ª (CH) — *Revoga a reestruturação do sistema português de controlo de fronteiras decorrente da Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, repondo a estrutura orgânica e as missões do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.*

N.º 35/XV/1.ª (CH) — *Aumenta para 300 euros a componente fixa do suplemento por serviço e risco nas forças de segurança auferido pelos militares da Guarda Nacional Republicana e pelos agentes da Polícia de Segurança Pública.*

N.º 37/XV/1.ª (PCP) — *Revoga a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.*

SEPARATA — N.º 4 (2022.04.29)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 9/XV/1.ª (PAN):

Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício

da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais.

SEPARATA — N.º 5 (2022.05.04)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 36/XV/1.ª (PAN):

Prevê o crime de assédio sexual, procedendo à quinquagésima sexta alteração ao Código Penal e à vigésima alteração ao Código do Trabalho.

SEPARATA — N.º 6 (2022.05.04)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 60, 61, 62, 63 e 64/XV/1.ª):

N.º 60/XV/1.ª (PCP) — Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 61/XV/1.ª (PCP) — Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 62/XV/1.ª (PCP) — Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 63/XV/1.ª (PCP) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 64/XV/1.ª (PCP) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

SEPARATA — N.º 7 (2022.05.05)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 120/XIV/3.ª (ALRAA):

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida e cria uma medida excecional de compensação.

SEPARATA — N.º 8 (2022.05.07)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 65, 66 e 67/XV/1.ª):

N.º 65/XV/1.ª (PCP) — Confere natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro.

N.º 66/XV/1.ª (PCP) — Repõe montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho.

N.º 67/XV/1.ª (PCP) — Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação, para reforçar a proteção dos trabalhadores (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

SEPARATA — N.º 9 (2022.06.04)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 77/XV/1.ª (CH):

Pela consagração do dia 25 de Novembro como feriado nacional obrigatório.

SEPARATA — N.º 10 (2022.06.04)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 14/XV/1.ª (ALRAM):

Sobre a atribuição de subsídio de insularidade.

SEPARATA — N.º 11 (2022.06.09)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 108/XV/1.ª (PS):

Reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho.

SEPARATA — N.º 12 (2022.06.17)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 99/XV/1.ª (PSD):

Aprova disposições específicas relativas ao exercício de funções de polícia florestal das carreiras de guarda-florestal das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

SEPARATA — N.º 13 (2022.06.22)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 135/XV/1.ª (PCP):

Aprova o estatuto da condição policial.

SEPARATA — N.º 14 (2022.06.22)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 15/XV/1.ª (GOV):

Procede à alteração de legislação laboral no âmbito da agenda de trabalho digno.

SEPARATA — N.º 15 (2022.06.25)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 90/XV/1.ª (L):

Consagra o dever de as instituições procederem à abertura de procedimento concursal para as funções desempenhadas pelos doutorados, quando se verifique o termo do contrato.

SEPARATA — N.º 16 (2022.06.25)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 149, 161 a 170 e 174 a 178/XV/1.ª):

N.º 149/XV/1.ª (CH) — Reconhece o direito ao luto em caso de perda gestacional.

N.º 161/XV/1.ª (BE) — Reforça os mecanismos de combate ao trabalho forçado e a outras formas de exploração laboral, responsabilizando diretamente toda a cadeia de subcontratação e as empresas utilizadoras, bem como gerentes, administradores e diretores.

N.º 162/XV/1.ª (BE) — Revoga a presunção legal de aceitação do despedimento por causas objetivas quando o empregador disponibiliza a compensação ao trabalhador (vigésima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

N.º 163/XV/1.^a (BE) — Alterações ao regime jurídico-laboral e alargamento da proteção social dos trabalhadores por turnos e noturnos (vigésima segunda alteração ao Código do Trabalho).

N.º 164/XV/1.^a (BE) — Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado (vigésima segunda alteração ao Código do Trabalho).

N.º 165/XV/1.^a (BE) — Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da troika que vieram facilitar os despedimentos e reduzir as compensações devidas aos trabalhadores, procedendo à vigésima segunda alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 166/XV/1.^a (BE) — Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado (vigésima segunda alteração ao à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

N.º 167/XV/1.^a (BE) — Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório.

N.º 168/XV/1.^a (BE) — Reforça a negociação coletiva, o respeito pela filiação sindical e repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador (vigésima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

N.º 169/XV/1.^a (L) — Alarga os direitos de parentalidade no âmbito do Código do Trabalho, reforçando os direitos das crianças e reforçando a igualdade de género na parentalidade (vigésima terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, do Código do Trabalho).

N.º 170/XV/1.^a (L) — Estabelece as 7 horas por dia e as 35 horas por semana como o máximo do período normal de trabalho em Portugal (vigésima terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, do Código do Trabalho).

N.º 174/XV/1.^a (PAN) — Prevê o regime de faltas por dores menstruais, alterando o Código do Trabalho.

N.º 175/XV/1.^a (PAN) — Altera o regime de faltas por motivo de luto gestacional, procedendo à alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 176/XV/1.^a (PAN) — Aprova medidas de reforço da proteção na parentalidade, procedendo para o efeito à décima sexta alteração ao Código do Trabalho e à sexta alteração ao regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade.

N.º 177/XV/1.^a (CH) — Elimina restrições injustificadas no acesso a profissões reguladas e estabelece limites à duração e organização dos estágios.

N.º 178/XV/1.^a (IL) — Reforma regulatória das associações públicas profissionais, combate ao corporativismo e democratização do acesso às profissões (primeira alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro).

SEPARATA — N.º 17 (2022.07.08)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 147/XV/1.^a (CH):

Procede à atualização dos montantes da componente fixa do suplemento de condição militar.

SEPARATA — N.º 18 (2022.07.08)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 153/XV/1.^a (CH):

N.º 153/XV/1.^a (PCP) — Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio

e distribuição.

SEPARATA — N.º 19 (2022.07.12)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 13/XV/1.ª (ALRAM):

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excepcional de compensação.

DIVISÃO DE REDAÇÃO.